



série   
**FLORESTAS**

FRANCIVALDO ALVES NUNES  
MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA  
CRISTIANA COSTA DA ROCHA  
ORGANIZADORES

# O RURAL ENTRE POSSES, DOMÍNIOS E CONFLITOS



FRANCIVALDO ALVES NUNES  
MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA  
CRISTIANA COSTA DA ROCHA  
ORGANIZADORES

**Comissão Científica:**

Casimira Grandi (Università di Trento - Itália)  
Chantal Cramoussel ( Universidad de Guadalajara - México)  
João dos Santos Ramalho Cosme (Universidade de Lisboa - Portugal)  
Mark Harris (University of Saint Andrews - Escócia)  
José Luis Ruiz-Peinado Alonso (Universitat de Barcelona - Espanha)  
Oscar de la Torre (University of North Carolina - Estados Unidos)  
Maria Luiza Ugarte (Universidade Federal do Amazonas)  
Luis Eduardo Aragón Vaca (Universidade Federal do Pará)  
Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Universidade Federal do Pará)  
Érico Silva Alves Muniz (Universidade Federal do Pará)  
Clarice Nascimento de Melo (Universidade Federal do Pará)  
Lígia Terezinha Lopes Simonian (Universidade Federal do Pará)

**O RURAL ENTRE POSSES,  
DOMÍNIOS E CONFLITOS**

---



2022



Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Rural entre posses, domínios e conflitos / organização Francivaldo Alves Nunes, Marcia Milena Galdez Ferreira, Cristiana Costa Da Rocha. - 1. ed. - São Paulo: Livraria da Física, 2022. -  
(Florestas, 1)

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5563-247-7

1. Agronegócio 2. Biodiversidade - Amazônia 3. Amazônia - Aspectos ambientais 4. Conflitos agrários 5. Regularização de posse e de ocupação - Amazônia 6. Terras - Lei e legislação - Brasil 7. Trabalhadores rurais I. Nunes, Francivaldo Alves II. Ferreira, Marcia Milena Galdez III. Rocha, Cristiana Costa Da IV. Série.

22 124459

CDD 304.2709811

Índices para catálogo sistemático

1. Amazônia - Biodiversidade - Aspectos socioambientais 304.2709811

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB 1/3129

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida  
sem que sejam os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107  
da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física  
www.livrariadafisica.com.br

## APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

Criado em 2004, o Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem construídos estudos sobre a Amazônia invariavelmente alinhados às tendências historiográficas nacionais e internacionais. Com um diversificado perfil do corpo docente, que também se observa nas linhas de investigação, o programa tem se tornado um espaço importante de contribuição e renovação historiográfica com produção significativa em que se inserem Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, relevantes nas suas temáticas e na articulação que estabelecem com os novos enfoques historiográficos.

A percepção mais ampla da Amazônia de florestas e cortadas por muitos cursos d'água que tornam à terra úmida e colabora na sua fertilização, mas que também permitem os deslocamentos e comunicações, exige um exercício de investigação e uma perspectiva de análise que valorize as experiências vividas nesta vasta região e as múltiplas conexões, fluxos e compulsões internas e externas, historicamente construídas. O caleidoscópico movimento das populações e a forças das instituições deram lugar a projeções de dramas e experiências sociais diversas e de complexidade em relevo, o que tem imprimido ao programa um caráter inovador e renovador, com novas, instigantes e necessárias abordagens.

Os livros que aqui apresentamos, neste ano de 2021, em que o programa completou 10 anos de criação do doutorado e 17 anos de existência, fazem parte da *Coleção Floresta*, vinculada ao IFCH, e são resultados dos trabalhos de professores e egressos do PPHIST. Revelam um promissor momento da pesquisa histórica na Amazônia abordando temas e temporalidades variadas que oferecem, como observaremos, novos aportes e novas interpretações sobre a Amazônia.

Um dos iniciais objetivos comuns destes livros, é o de mostrar as variedade e complexidades do espaço amazônico, seu passado histórico e os fatores condicionantes que se tem mantido vigente em sua atualidade, assim como as relações produzidas com a introdução de novos enfoques de estudos. Assim, se foi perfilado um espectro de temas relacionados com questões espaciais,

identitárias e de poder. Experiências comuns, valores partilhados e sentimentos de pertencimentos foram observados em ambientes condicionantes por relações de poder e medidos por espaços forjados na luta e dentro das práticas que o configuram e o reproduz. A Amazônia se revela nestes estudos como espaço modelar em que os agentes que o operam socialmente, constroem percepções, representações e estratégias de intervenção em diferentes temporalidades.

Tais trabalhos de pesquisa, sem dúvida, constituem contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação com o passado e demandas presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social em contexto amazônico e suas conexões. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais. Como apontado, percorrem searas das mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, pensar as ações de domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, assim como revelar práticas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento e outras já concluídas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais que apenas um programa consolidado poderia construir. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo de que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Aproveitamos para registrar os nossos cumprimentos e agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro para publicação, o que expressa o compromisso com o desenvolvimento da pesquisa e a formação superior no Brasil e na Amazônia. Estendemos os cumprimentos ao Programa de Pós-Graduação em História Social, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e a Universidade Federal do Pará pelo apoio institucional e envolvimento dos seus professores e técnicos na construção destas importantes obras bibliográficas.

Um bom exercício de leitura é o que inicialmente desejamos.

Fernando Arthur de Freitas Neves  
*Diretor do IFCH*

Francivaldo Alves Nunes  
*Coordenador do PPHIST*

## SUMÁRIO

Apresentação ..... 11

DE CORSÉ LINGÜÍSTICO A ESTÍMULO INTELECTUAL. Por una mirada "desoccidentalizada" a los derechos de propiedad sobre la tierra ..... 19

### Propriedade, produção e consumo

Roceiros, extratores e o viver nos sertões amazônicos do século XIX:  
Apontamentos historiográficos, conceituais e de documentação ..... 37

*Francivaldo Alves Nunes*  
*Edilza Joana Oliveira Fontes*

Os portugueses na economia do Baixo Amazonas ..... 55

*Joanderson Caldeira Mesquita*

Agronegócio, bolsonarismo e pandemia: Apontamentos de pesquisa ..... 73

*Pedro Cassiano*

"Conhecidos e Contraventores": Os descaminhos da produção agrícola e do pescado da Zona Bragantina (Amazônia - Brasil) ..... 101

*Renan Brigido Nascimento Felix*

### Conflito por terra, trabalho escravo e deslocamento

As faces do desenvolvimentismo no extrativismo de carnaúba no Piauí,  
1930 e 1970 ..... 121

*Cristiana Costa da Rocha*

Memória histórica do indizível: violência no campo maranhense  
(1964-1989) ..... 141

*Márcia Milena Galdez Ferreira*



Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: Homenagens, músicas e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento ..... 167  
*Elias Diniz Sacramento*

Quintino Lira e o conflito agrário no nordeste paraense: Os problemas socioeconômicos nas comunidades tradicionais da região do Guamá, anos 80 ..... 189  
*Juliana Patrícia Saldanha de Sousa*

Entre a várzea, as águas e a floresta: Conflitos territoriais nas ilhas de Belém ..... 215  
*Enos Botelho Sarmento*

“Aqui na Tiraximim não dá pra gente viver” – Trabalho escravo, estratégia de fuga e a criação da CPTE/PI ..... 229  
*Daniel Vasconcelos Solon*

Experiências de trabalhadores e trabalhadoras rurais pela disputa do coco babaçu no Entre Rios Piauiense ..... 249  
*Marcos Oliveira dos Santos*

A violência no campo: Conflitos territoriais e os direitos humanos no Pará ..... 267  
*Elis Negrão Barbosa Monteiro*

“Fomos atraídos e atraímos”: Migração de cametaenses para Tomé-Açu, Pará (1950/1970) ..... 281  
*Raimundo Nonato Lisboa Clarindo*

### **Territórios, poderes e resistências**

Em defesa da terra indígena: Conflitos acerca do Projeto Calha Norte no ano de 1987, sob a ótica dos periódicos *Mensageiro* e *Diário do Pará* ..... 299  
*Alana Albuquerque de Castro*

Conflitos Étnicos e Territoriais em comunidades indígenas do Baixo Rio Tapajós ..... 311  
*Bruna Josefa de Oliveira Vaz*

O direito de propriedade do “selvagem” no discurso missionário no Araguaia (1922–1933) ..... 321  
*Milton Pereira Lima*

“Debaixo de suave domínio”: O discurso oficial sobre os aldeamentos e a resistência indígena do Piauí (1759–1810) ..... 337  
*Débora Laianny Cardoso Soares*

O Chão Quilombola: Práticas de curas e saberes tradicionais na Comunidade São Pedro dos Bois/AP ..... 351  
*Raimundo Erundino Santos Diniz*  
*Silvana da Silva Barbosa Diniz*

Agronegócio e a luta pela terra dos indígenas Gamelas no Sudoeste do Piauí (1970–2021) ..... 369  
*Helene Karoline Tavares Gomes*

Da estratégia da fuga à constitucionalização: Comunidades quilombolas, e direito à regularização de terras ..... 387  
*Edvilson Filho Torres Lima*

Sobre os autores ..... 401

---

## APRESENTAÇÃO

---

### Uma história social do agrário – Convite ao debate

A legislação agrária no Brasil, as concepções de propriedade e formas de acesso à terra foram os objetos de reflexões de uma disciplina que ministramos no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Para tanto, levamos em consideração a construção histórica da ideia de propriedade da terra e a forma como o conceito foi repensado no seio de uma sociedade estratificada. O Estatuto da Terra, o Plano Nacional de Reforma Agrária, a Constituição de 1988, entre outros recortes, foram observados à luz dos debates que envolvem o conceito de fronteiras em movimento, migrações e conflitos por terra na Amazônia e Meio Norte, assim como reflexões sobre o território, etnicidade e movimentos sociais do campo.

Diante dessas questões, um amplo debate foi construído, em formato virtual, envolvendo discentes e docentes de diversas universidades do Brasil, Espanha e Portugal, o que permitiu a sistematização dessas reflexões nesta coletânea que aqui apresentamos.

Com o título “O rural entre posses, domínios e conflitos”, nos propomos a apresentar diversas leituras que auxiliam na construção de uma história social do mundo agrário. Compomos a coletânea em vinte e um capítulos, em que optamos por organizar em um texto inicial, proposto por Rosa Congost para pensar a necessidade de “desocidentalizar” a percepção sobre os direitos de propriedades, assim como insistir na importância de investigações levadas a cabo em sociedades não europeias para avançar no tratamento da problemática. Segue o texto anterior de três partes: *Propriedade, produção e consumo*, *Conflito por terra, trabalho escravo e deslocamento* e *Territórios, poderes e resistências*. Com isso buscamos facilitar a visualização dos textos considerando os debates apresentados e as temáticas mais aproximadas, sem perder de vista a



importância da leitura pela riqueza de informações e abrangência, como convite ao estudo, à pesquisa e ao debate.

Abrimos, pois, a primeira temática, *Propriedade, produção, consumo*, com o artigo dos professores Francivaldo Nunes e Edilza Fontes, em que estão preocupados em apresentar o debate historiográfico, conceitual e a documentação de interesse aos que se preocupam em desenvolver estudos sobre as populações rurais da Amazônia do século XIX, principalmente as últimas décadas do Império brasileiro. Os debates sobre os programas de controle sobre as populações rurais durante o período da escravidão e as relações com as experiências de trabalho livre, assim como a compreensão sobre o contexto e os elementos que justificariam a criação de projetos colonizadores como estímulo ao maior aproveitamento do trabalho livre e legitimado pelo discurso de maior escassez de trabalhadores escravizados, são algumas questões apontadas que se vinculam a um debate historiográfico e que conduz a refletir sobre algumas questões associadas à concepção de terra, trabalho, sertão e sertanejo. Nesse caso, os autores expressam as construções conceituais associadas às vivências amazônicas, mas também instrumentos discursivos observados em um conjunto documental predominantemente construído por agentes e agências públicas.

O texto de Joanderson Mesquista segue as preocupações vinculadas ao comércio, tendo como temporalidade o século XIX. Para isso, analisa a participação dos portugueses: João Fernandes, Cândido José Ferreira de Carvalho e Antônio José da Silva e Sousa na economia do Baixo Amazonas no ano de 1860. Com base nos autos criminais de sumário de culpa do comerciante João Fernandes, constata-se que esses agentes mantiveram uma ampla rede comercial que interligou a criação de gado no Lago Grande da Vila Franca, o comércio na cidade de Santarém e o envio do couro de gado *vacum seco* para a cidade de Belém, capital da província do Pará.

Com o artigo de Pedro Cassiano continuamos a primeira parte da coletânea. Trata-se de uma discussão sobre o movimento de guinada à extrema direita do agronegócio ao se associar ao governo Bolsonaro. No caso, o autor nos apresenta uma breve trajetória da organização na sociedade civil desse setor, suas disputas internas e, por fim, analisa algumas medidas tomadas na política agrícola no atual governo, direcionadas à pandemia do novo Coronavírus. A pesquisa encontra-se ainda em andamento, mas as considerações preliminares apontam para o alinhamento das agências do agronegócio com as ações do

governo brasileiro, principalmente na devastação de diversas políticas agrária e ambiental no Brasil.

As experiências de ocupação mediadas pelo comércio ganham relevo nos estudos de Renan Felix, que fechamos a primeira parte da coletânea. O autor nos brinda com um texto sobre os descaminhos da produção agrícola e do pescado da Zona Bragantina, região localizada no Nordeste do Estado do Pará, a partir da década de 1940. No caso, procura sustentar a existência de várias práticas de comércio desenvolvido tanto por terra como pelas águas dos rios presentes nos municípios de Bragança e Viseu. A importância do trabalho está em recuperar o transporte de produtos perecíveis, observado em detalhes, a partir de listas das cargas embarcadas. Produtos como: saco de cominho, chumbo para caça, sacos de açúcar branco, caixas de carne em conserva, fardos de papel de embrulho, feijão do sul, entre outros, não apenas expressam os produtos que circulavam na região como ainda recuperam o movimento das mercadorias e a variedade das cargas que circulavam pelas águas e por terra em caráter legalizado.

A segunda temática, *Conflito por terra, trabalho escravo, deslocamento*, começa com o texto de Cristiana Costa, em que discute o projeto de desenvolvimentismo no contexto do extrativismo e industrialização da cera de carnaúba e suas implicações nas condições de vida, acesso à terra e trabalho das famílias de lavradores extrativistas da palha de carnaúba no Piauí, entre 1930 e 1970. A autora reflete sobre o avanço do capitalismo no campo, que combinou relações de trabalho arcaicas, reconhecidas como análogas à escravidão, para formação de conglomerados econômicos, que atendem padrões produtivos modernizantes do grande capital. Nesse sentido, trata a respeito da preocupação permanente em torno da racionalização e modernização do campo, que se faz de modo que garanta a não ruptura de um sistema secular de exploração.

Márcia Milena Galdez aborda o esforço de construção de uma memória histórica da violência do campo no Maranhão (1964-1989) a partir do Dossiê *Assassinatos no campo no Brasil*, elaborado pelo MST (1986), do inventário *Conflitos e Lutas de trabalhadores rurais no Maranhão*, de autoria do antropólogo Alfredo Wagner (1983), e de dados sobre massacres, assassinatos e conflitos disponíveis na Biblioteca Virtual da CPT. Concebendo o Maranhão como espaço de *fronteira*, a autora busca problematizar a violência ritualizada e estruturante no campo. A conturbada transição democrática e a acalorada discussão



do Plano Nacional de Reforma Agrária são tecidas em uma crescente marcha de conflitos, saques, violações e assassinatos no meio rural. No Maranhão, a grilagem e a prática da pistolagem avançam a passos largos, com a Lei Sarney de Terras de 1969 e com a inoperância ou conivência do Estado e do Poder Judiciário.

Seguindo as observações sobre conflitos agrários, Elias Sacramento nos apresenta uma proposta de estudo em que mostra a importância do pai de família e líder sindical, Virgílio Serrão Sacramento, morto em Moju no dia 05 de abril de 1987. O autor apresenta Virgílio Sacramento como referência na defesa da luta pela terra para os trabalhadores rurais mojuense, assim como reflete sobre as homenagens que foram prestadas depois de sua morte, sobretudo com poesias e músicas, indicando que este homem marcou um período na história social da luta pela terra da década de 1980 no Estado do Pará.

Os problemas socioeconômicos e as mudanças na identidade cultural nas comunidades da região do Guamá no Nordeste Paraense, causadas pelo conflito armado entre os agricultores, liderado por Quintino Lira contra os fazendeiros e a empresa Cidapar entre os anos de 1981 e 1985 é a preocupação central do texto de Juliana de Sousa. Revisitando as memórias individuais daqueles que vivenciaram esse período conflituoso, a autora buscou compreender o papel assumido pelos atores sociais, vítimas do latifúndio. Tendo como aporte metodológico no âmbito da história e memória ancorada nos estudos da história oral, se ocupou do método etnográfico de abordagem qualitativa, sendo os dados coletados de entrevistas e das matérias jornalísticas. Tais experiências individuais e coletivas trazem uma gama de informações relevantes para a construção da História Oral, Social e Cultural das comunidades tradicionais que, tragicamente, foram envolvidas nesse conflito agrário.

As questões conflituosas em torno do uso e ocupação da terra são também objetos de análises de Enos Sarmento. No caso, analisa alguns conflitos territoriais ocorridos na região das ilhas insulares de Belém, mais precisamente as áreas fronteiriças à capital do Pará como a ilha das Onças, de Arapiranga e Combu em um período marcado por expressivos movimentos de ocupação dessas terras, concentrados entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

As experiências de trabalho escravo são objeto de análise dos estudos de Daniel Solon. No caso, nos apresenta um texto em que reconstrói o processo de

organização de movimentos sociais do Piauí no combate ao trabalho escravo contemporâneo, traz a narrativa de um trabalhador migrante piauiense que foi entrevistado durante a coleta de informações para o diagnóstico pretendido pela Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo (CPTe), em 2003.

Marcos dos Santos nos apresenta as experiências de trabalhadores e trabalhadoras rurais pela disputa do coco babaçu na região do Entre Rios piauiense, que configuraram em conflitos pelo acesso à terra. Para isso, o autor procura problematizar a ideia de progresso no campo através das vivências desses sujeitos a partir do surgimento de uma fábrica de beneficiamento da amêndoa de coco babaçu dentro de um meio rural. Através dessa análise, o autor revela que as relações de trabalho que passavam dentro da fábrica tinham um sentido distinto se comparadas a outras fábricas instaladas comumente em áreas urbanas, mas especificamente com trabalhadores urbanos.

O texto apresentado por Elis Monteiro tem como principal objetivo refletir sobre questões associadas aos conflitos por território, violência no campo, reforma agrária e à luta pelos Direitos Humanos no Estado do Pará. Toda a problemática que envolve chacinas no campo, violação dos direitos humanos de trabalhadores rurais e imposições estatais de seu poder capitalista que favorece a elite agrária são observadas considerando o processo histórico de formação da região amazônica.

O texto apresentado por Raimundo Clarindo recupera a trajetória migratória dos cametaenses para a Colônia do Vale do Acará, em Tomé-Açu, Nordeste do Pará. Recrutamento, traslado de chegada, contato com os japoneses que viviam na região, cotidiano, entre outros aspectos, são apontados. Também é abordada, em parte, a política de desenvolvimentista da região, impulsionada pela imigração dos japoneses, que, no Estado do Pará, chegaram a meados de 1929. Por meio de fontes bibliográficas, imagéticas, relatos orais e legislações, foram tecidas trilhas para a compreensão dos fatores motivacionais que levaram a essa migração.

A última temática, *Territórios, poderes e resistências*, é inaugurada pelo texto de Alana de Castro que recupera os posicionamentos jornalísticos acerca das discussões políticas indigenistas vigentes durante o ano de 1987, no governo do ex-presidente José Sarney. Com o fim da Ditadura Civil-Militar, em meados de 1985, a redemocratização do país foi ocorrendo de maneira gradativa e



com isso várias discussões entraram em pauta, dentre elas a reforma agrária e as demarcações das terras indígenas, que fizeram da década de 1980 uma década marcada pelos conflitos rurais. As comunidades indígenas que muito foram negligenciadas durante o governo militar, vistas como entrave ao progresso, agora passam a ocupar espaços de reivindicação de seus direitos, tanto de identidade quanto histórico por englobar seus costumes e tradições, pois é a terra que permite a existência dos povos tradicionais. Nesse ambiente de tensão é que o texto se apresenta como importante registro para pensar as leituras de jornais sobre os grandes projetos desenvolvidos na Amazônia.

As dinâmicas de produção de identidades étnicas na região do rio Tapajós e de que maneira esse processo se relaciona com os conflitos territoriais encadeados nessa região é a proposta de Bruna Vaz. Para isso, a autora apresenta como objeto de análise a área correspondente à unidade de conservação Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns. Ao tratar sobre a complexidade de produção de identidades no Baixo Tapajós, se dá um passo à frente para compreender a agência desses atores sociais e escrutinar os motivos pelos quais rejeitaram determinadas atribuições, bem como pensar no caminho inverso, ou seja, no processo de autoafirmação identitária, principalmente como indígenas.

No caso do texto de Milton Lima, se observa uma análise a respeito do que os missionários dominicanos da Diocese de Conceição do Araguaia consideravam como “direito de propriedade do ‘selvagem’”, narrativa publicada na revista *Cayapós* e *Carajás*, entre os anos de 1922 e 1933. Nesta, o autor encontra o enredo enunciativo dos padres ao criticarem acontecimentos europeus contemporâneos, em particular a revolução Soviética Russa de 1917. A revista apresenta como tema central a crítica à noção de propriedade dos revolucionários comunistas por parte dos padres de Toulouse – França, que realizavam seus trabalhos de catequização nas matas do Araguaia paraense, território também conhecido como sul do Pará. Por fim, se observa que a narrativa e a argumentação missionárias se empenharam em dizer que o indígena era proprietário por instinto. Não obstante, a argumentação dos padres ora analisada confunde noções de propriedade com a de costume.

Em seguida, Débora Soares aborda o discurso oficial sobre os aldeamentos e a resistência indígena do Piauí (1759-1810) a partir de documentos oficiais ultramarinos e analisa informações sobre uma ocupação do território piauiense comandada por experientes homens diretamente ligados às guerras

empreendidas contra as populações indígenas no Grão-Pará e Maranhão, antes mesmo de ocuparem cargos de grande relevância no Piauí. A autora busca entender a preocupação da coroa em inserir nos projetos de ocupação do território brasileiro essa região que era reduto de várias nações indígenas, que não somente percorriam, mas que ocupavam o território Meio-Norte de forma livre, algumas até sazonais, e que ignoravam as leis do opressor e os limites territoriais impostos em suas cartografias.

No capítulo seguinte, Raimundo Erundino Diniz e Silvana Barbosa Diniz analisam “o chão quilombola” por meio de práticas curativas ancoradas em histórias e memórias de antepassados, sempre revisitadas no tempo presente como estratégia de firmamento da identidade quilombola, assoalhadas em saberes tradicionais que revelam estratégias de permanências seculares e ancestralidade quilombola São Pedro dos Bois, Macapá/AP. Objetivam analisar a importância da obrigatoriedade da temática na grade curricular, com base em uma perspectiva crítica que colabore com a formação de um novo imaginário social sobre os povos indígenas da Amazônia. Utilizam-se de pesquisas em sites oficiais e não oficiais: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Governo do Estado do Amapá (GEA), Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (ALAP) e Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED/AP). Com a flexibilização do distanciamento social pôde-se coletar dados de forma presencial com a supracitada SEED, como o Referencial Curricular Amapaense do Ensino Médio (RCAEM), documento privilegiado nesta análise.

No texto de Helane Tavares Gomes, é construído um panorama acerca das estratégias políticas dos Gamelas das comunidades Barra do Correntim, em Bom Jesus, Morro D’água e Prata, em Baixa Grande do Ribeiro, Pirajá, Passagem do Correntim e Laranjeiras, em Currais e Vão do Vico, em Santa Filomena, associadas à reivindicação ao acesso à terra e manutenção de seus territórios tradicionais entre 1970 e 2021. Para tanto, a autora ressalta o processo de emergência étnica dos povos indígenas Tabajara, Tabajara Tapuio-Itamaraty, Kariri, Gueguês do Sangue, Caboclos da Baixa Funda e Gamela, no Estado do Piauí. Tais casos possuem estrutura histórica semelhante aos processos de emergência étnica analisados nas últimas décadas pela antropologia no Nordeste.

Como último capítulo destaca-se o trabalho de Edwilson Lima. Trata-se de um levantamento bibliográfico que recupera a trajetória histórica que

envolve o processo formador das terras quilombolas. A intenção é ao mesmo tempo que debate as questões sobre o uso e ocupação dessas áreas perceber a legislação em torno destas terras, sem deixar de observar os olhares, vivências e identidades construídas em torno desses territórios negros.

Como o leitor pode constatar, esta coletânea mostra a heterogeneidade do mundo rural brasileiro e o vigor da temática, trazendo diversas formas nas quais a atuação de homens e mulheres do campo foram desenvolvidas. Ao lado das práticas em relação às diversas formas de apropriação da terra e demais recursos naturais, a circulação e trocas de bens, pessoas e valores também foram apresentadas experiências fundamentais na construção de uma história social do agrário.

Belém, 14 de junho de 2022.

*Francivaldo Alves Nunes*

*Márcia Milena Galdez Ferreira*

*Cristiana Costa da Rocha*



# DE CORSÉ LINGÜÍSTICO A ESTÍMULO INTELECTUAL. POR UNA MIRADA “DESOCIDENTALIZADA” A LOS DERECHOS DE PROPIEDAD SOBRE LA TIERRA.

*Rosa Congost*  
*Universitat de Girona*  
*rosa.congost@udg.edu*

**E**n el momento de elegir el título de este texto, he dudado entre los verbos “desoccidentalizar” o “desacralizar”. Ambos pretenden resumir su temática central, que es la necesidad de cambiar el modo habitual –y por lo tanto dominante– de mirar a los derechos de propiedad. Esta manera de ver la propiedad se consolidó en la Europa occidental en un contexto de grandes transformaciones y consistió en procurar la sacralización de los derechos de propiedad existentes a partir de un lenguaje aparentemente nuevo. Si en el título de este trabajo he optado por el término “desoccidentalizar” no ha sido solo para evitar el carácter provocativo de la palabra “desacralizar”, ni tampoco con motivo de que su publicación se prevea en Brasil, sino más bien para insistir en la importancia de las investigaciones llevadas a cabo en las sociedades no europeas para avanzar en el tratamiento de la problemática en todo el mundo, también en las sociedades occidentales, porque los estudios sobre estas sociedades, más que los de ninguna otra, son probablemente las que más se han resentido de un determinado vocabulario y, por lo tanto, también necesitan liberarse del corsé del que habla el título.

¿Pero de qué corsé y de qué estímulo estamos hablando? Es evidente que muchos científicos sociales interesados en la propiedad de la tierra no compartirán esta manera de presentar las cosas. Esta simple constatación me permite

# **ROCEIROS, EXTRATORES E O VIVER NOS SERTÕES AMAZÔNICOS DO SÉCULO XIX: APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS, CONCEITUAIS E DE DOCUMENTAÇÃO<sup>1</sup>**

*Francivaldo Alves Nunes  
Edilza Joana Oliveira Fontes*

## **Apresentando a historiografia**

**A** discussão a que nos propomos fazer neste texto está arraigada, inicialmente, aos debates sobre os programas de controle sobre as populações rurais no Brasil durante o período da escravidão e as relações com as experiências de trabalho livre. A intenção, em boa parte desses estudos, é justificar a criação desses programas, boa parte associados à colonização como resultados de demandas da economia escravista. Nesse sentido, é recorrente a utilização dos estudos de Emília Viotti da Costa (1966) sobre São Paulo, Fernando Henrique Cardoso (1962) sobre o Rio Grande do Sul, Octavio Ianni (1979) sobre o Paraná e os trabalhos mais gerais de Paula Beiguelman (1977) e Florestan Fernandes (1972) para compreender o contexto e os elementos que justificariam a criação desses projetos colonizadores como estímulo ao maior

---

<sup>1</sup> Texto associado às pesquisas desenvolvidas através do projeto "Roceiros, extratores e o viver nos sertões amazônicos: Estado Imperial entre interesses de observação e estratégias de controle", financiado pelo CNPq.



## OS PORTUGUESES NA ECONOMIA DO BAIXO AMAZONAS

*Joanderson Caldeira Mesquita*

### Introdução

A segunda metade do século XIX, no Vale Amazônico, é conhecida especialmente pelo avanço do desenvolvimento da economia da borracha, mas também é entendida como um período de mudanças significativas na sociedade. A partir de 1840 o fim do tráfico de escravos na Amazônia (BEZERRA NETO, 2001), em sincronia com a adoção de novas políticas de Estado, pode expressar a emergência de novos agentes e transformações na sociedade da região do Baixo Amazonas.

Na primeira metade do século XIX, o tráfico de escravos que estruturava as relações sociais do Brasil desde o século XVI e no Vale do Amazonas desde o fim do XVII (ALENCASTRO, 2000; BEZERRA NETO, 2001) passou a ser ameaçado e combatido pelos ingleses. Sob forte pressão, e para não arriscar relações estabelecidas com a Inglaterra, em 1850, Brasil acabou oficialmente com o tráfico de escravos vindos da África. Entretanto, a proibição do tráfico aconteceu quando as economias das diferentes regiões brasileiras se inseriram de forma diferenciada na economia mundial capitalista, momento em que se destacou a valorização do café no mercado e sistematicamente o aumento das demandas por mão de obra nas lavouras.

## AGRONEGÓCIO, BOLSONARISMO E PANDEMIA: APONTAMENTOS DE PESQUISA

*Pedro Cassiano*

Há mais coisas entre o céu e o Brasil  
que os pesadelos mais pavorosos jamais  
apanharão (FERNANDES, 1989, p.  
10-11).

### Introdução: primeiras palavras

Nossa análise da arena da luta política engloba uma perspectiva relacional entre Estado e sociedade civil. O Congresso Nacional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e outras pastas ministeriais serão tratados como espaços privilegiados da sociedade política, ou Estado restrito, enquanto as agências e entidades da sociedade civil do agronegócio serão tratadas como *locus* principal da produção e reprodução de projetos da política agrícola do país. A sociedade política e seus principais agentes – individuais e coletivos – estão ligados, direta ou indiretamente, às principais agências do agronegócio no país, a saber, Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)<sup>4</sup> e, por fim, mas não menos importante, o binômio Instituto Pensar Agropecuário (IPA)/Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)<sup>5</sup>. A teoria do

---

4 Criada em 1963, a confederação tinha o nome de “Confederação Nacional da Agricultura” (CNA), atualmente sua nomenclatura foi modificada, mas a sigla foi mantida.

5 O IPA/FPA possui destaque em ascensão meteórica na última década necessitando de uma maior investigação, uma vez que ela é uma frente parlamentar suprapartidária vinculada



.....

## “CONHECIDOS CONTRAVENTORES”: OS DESCAMINHOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DO PESCADO DA ZONA BRAGANTINA (AMAZÔNIA-BRASIL)

*Renan Brigido Nascimento Felix*

### Introdução

**D**ocumentos da prefeitura de Bragança, do Arquivo Público do Estado do Pará, nos permitem sustentar a existência de várias práticas dentro do teatro cotidiano, que ocorriam tanto por terra como pelas águas de Bragança, Viseu e região. O transporte de produtos perecíveis pode ser observado em detalhes, listas das cargas embarcadas. Incumbidas de atender às necessidades de produtos das regiões vizinhas. À semelhança das listagens de despacho que algumas empresas<sup>57</sup> faziam no porto da cidade de Bragança de bens diversos, nas notas de embarque detalharam-se mercadorias, como: saco de cominho, chumbo para caça, sacos de açúcar branco, caixas de carne em conserva, fardos de papel de embrulho, feijão do sul, resmas de *papel almaço*.

A percepção ao movimento das mercadorias que pagavam impostos e tinham guias recolhidas de tributos é bastante explicativa, pois nos ajuda a aprofundar a percepção para a variedade das cargas que circulavam pelas águas

<sup>57</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Bragança Livro N. 072-C - Ano 1953 - Assuntos Ofícios. Gestão de Simpliciano Medeiros Junior (1951-1955).

AS FACES DO DESENVOLVIMENTISMO  
NO EXTRATIVISMO DE CARNAÚBA  
NO PIAUÍ, 1930 E 1970<sup>75</sup>

*Cristiana Costa da Rocha*

A perspectiva desenvolvimentista aos moldes da industrialização no contexto rural brasileiro assume protagonismo na agenda política e ações governamentais do país desde meados do século XIX, em contextos amplos. Neste capítulo nos dedicamos a refletir sobre a lógica do desenvolvimento rural brasileiro e suas implicações nas condições de vida e acesso à terra, das famílias de lavradores extrativistas da palha da carnaúba entre os anos de 1930 e 1960, no estado do Piauí.

O projeto de desenvolvimentismo no campo se ancora nas estruturas rurais do país, com bases no conservadorismo e concentração de terras nas mãos de poucos sob legitimação do Estado. Cabe considerar que as interdições das formas de acesso à terra à população pobre rural constituem um projeto histórico que encontra legitimidade na Lei de Terras de 1850, que ao limitar o acesso à terra ao processo de compra legítima a terra cativa, presa na mão de poucos, na passagem da escravidão legal para o trabalho livre, estabelece novas formas de exploração do homem do campo (MARTINS, 1981). A Lei nº 601



MEMÓRIA HISTÓRICA DO  
INDIZÍVEL: VIOLÊNCIA NO CAMPO  
MARANHENSE (1964-1989)<sup>79</sup>

Márcia Milena Galdez Ferreira

**Introdução**

A Ditadura Militar no Brasil teve como um dos alvos principais os movimentos sociais do campo. No momento do Golpe Militar, em 1964, representavam uma das vanguardas políticas e tinham nas Ligas Camponesas sua principal expressão. Com a perseguição e o silenciamento dos movimentos sociais do campo, agentes e instituições ligadas à Igreja Católica progressista, inspirados na Teologia da Libertação, passaram a ter um papel fundamental na defesa dos pobres e na denúncia da violação dos Direitos Humanos. Conforme Camila Portela (2015), especialmente nos anos em que vigorou o AI-5, de 1968 a 1978, vários bispos, padres, freiras e os agentes da Comissão Pastoral na Terra (CPT), criada a nível nacional em 1975 e no

---

<sup>79</sup> O capítulo é resultante do projeto *Luta pela terra no Médio Mearim-MA (1960-1990): experiências, narrativas e deslocamentos* que contou com fomento da FAPEMA a partir do Edital 031-2016 e do projeto *Fronteiras em movimento: terra trabalho e deslocamentos no Meio Norte e na Amazônia Ocidental (1970-2000)* que conta com fomento do CNPQ.

.....

**LUTA PELA TERRA NA AMAZÔNIA,  
ASSASSINATOS: HOMENAGENS,  
MÚSICAS E POESIA NA HISTÓRIA DE  
VIRGÍLIO SERRÃO SACRAMENTO**

*Elias Diniz Sacramento*

**Introdução**

*Aqui termina essa história para gente de valor*

*Pra gente que tem memória, muita crença, muito amor*

*Pra defender o que ainda resta, sem rodeio, sem areia*

*Era uma vez uma floresta na linba do Equador.*

Vital Farias – Saga da Amazônia

O campo e a cidade na Amazônia não foram mais os mesmos depois de 1964. No dia 31 de março daquele ano, os militares deram um golpe no Brasil depondo o presidente João Goulart, que havia sido eleito de forma democrática para colocar no seu lugar um general chamado Castelo Branco, mudando os rumos da história brasileira. Os militares, “preocupados” com a onda comunista pela América do Sul, decidiram então praticar o ato que tiraria a liberdade da população, principalmente no que dizia respeito à escolha do representante da nação.

Daniel Aarão Reis (2014) nos mostra como se deu a “gênese” da ditadura de forma objetiva. Vejamos:



.....

## **QUINTINO LIRA E O CONFLITO AGRÁRIO NO NORDESTE PARAENSE: OS PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO DO GUAMÁ, ANOS 1980**

*Juliana Patrícia Saldanha de Sousa*

### **Introdução**

**A**tualmente, o território na Amazônia Brasileira, sobretudo as comunidades tradicionais, está envolvido em um ordenamento social que marca a região Norte do Brasil. No contexto que envolve a formação das comunidades tradicionais amazônicas, destacam-se os atores sociais em grupos constituídos como povos da floresta, dentre eles estão as comunidades indígenas, os caboclos, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, assentados, assim como, pequenos agricultores.

Nesse sentido, esses distintos atores sociais que se constituíram nesse espaço dinâmico abrigam identidades culturais variadas, fruto da complexidade das relações sociais presentes na mistura de elementos introduzidos pelos índios, colonizadores, por africanos e, mais recentemente, imigrantes vindos de diferentes regiões do país (HAGE, 2015).

## ENTRE A VÁRZEA, AS ÁGUAS E A FLORESTA: CONFLITOS TERRITORIAIS NAS ILHAS DE BELÉM

*Enos Botelho Sarmiento*

### Introdução

Discutiremos neste capítulo alguns conflitos territoriais ocorridos na região das ilhas insulares de Belém, mais precisamente as áreas fronteiriças à Capital do Pará, como a Ilha das Onças, Ilha de Arapiranga e Ilha de Combu<sup>110</sup>, um período marcado por expressivos movimentos de ocupação dessas terras, concentrados entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os territórios dessas ilhas ocupam grande parte do litoral da capital paraense. Alinhando-se ao longo desse litoral, as ilhas constituem a sua contramargem, formando assim a baía de Guajará (MOREIRA, 1966, p. 69).

A distância entre o litoral da capital paraense e a margem das ilhas (separado pela baía de Guajará) é de aproximadamente 4 km de extensão, o que torna expressiva a proximidade de Belém com sua fronteira insular. Não apenas pela sua aproximação, mas principalmente pelas diversas formas de exploração e

<sup>110</sup> Das três ilhas citadas: Arapiranga, Onças e Combu, apenas uma parte (cerca de 30%) do território de Arapiranga é composto de terra firme. Combu e Onças são integralmente territórios de várzea.



## “AQUI NA TIRAXIMIM NÃO DÁ PRA GENTE VIVER” – TRABALHO ESCRAVO, ESTRATÉGIA DE FUGA E CRIAÇÃO DA CPTE/PI

*Daniel Vasconcelos Solon*

No primeiro semestre do ano de 2003, agentes da Comissão Pastoral da Terra no Piauí (CPT/PI), Pastoral do Migrante e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag/PI) entrevistaram 367 pessoas que migraram para outros estados brasileiros, ou que tiveram familiares nessa situação. As entrevistas foram feitas em áreas rurais de sete municípios (Miguel Alves, Barras, União e Esperantina, ao norte do estado; Uruçuí Corrente e São Raimundo Nonato, ao sul), localidades estas que eram consideradas pela Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo (CPTE) como as de maiores índices de trabalhadores migrantes no Piauí.

O estudo “surgiu da necessidade de se conhecer mais de perto a realidade dos trabalhadores que saem do estado para trabalhar, que são explorados de múltiplas formas e que, em algumas situações e locais, são submetidos a situações de escravidão” (CAMPANHIA, s.d, p. 1). De acordo com o relatório que resultou da pesquisa de campo, “o que orientou o trabalho de investigação foi conhecer melhor como vivem estes trabalhadores e suas famílias no Piauí, como se realiza o trabalho migrante e qual a avaliação que estes trabalhadores fazem deste trabalho” (CAMPANHIA, s.d, p. 1). Tratava-se de uma primeira tentativa dos movimentos sociais de avançarem da fase de denúncia do problema do trabalho escravo contemporâneo para outro patamar: conhecer

# EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS PELA DISPUTA DO COCO BABAÇU NO ENTRE RIOS PIAUIENSE

*Marcos Oliveira dos Santos*

## Introdução

O presente capítulo deseja analisar as experiências de trabalhadores e trabalhadoras rurais pela disputa do coco babaçu no Entre Rios<sup>121</sup> piauiense, que configuraram em conflitos pelo acesso à Reforma Agrária<sup>122</sup>. Além disso, procuramos também problematizar a ideia de progresso no campo através das vivências desses sujeitos a partir do surgimento de uma fábrica de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu dentro de um meio rural. Através dessa análise compreendemos que as relações de trabalho que se perpassam dentro dessa fábrica tinham um sentido distinto se comparadas a outras fábricas instaladas comumente em áreas urbanas, mas especificamente com trabalhadores urbanos. Tendo em vista que a fábrica foi estruturada em um ambiente rural e utilizando-se de uma mão de obra composta em sua

121 O Território do Entre Rios faz parte da macrorregião denominada de Meio-Norte Piauiense a qual subdivide-se em outros 03 territórios de desenvolvimento: Cocais, Carnaubais e Entre Rios. Denominação feita pelo Plano de Ação Integrada para o Desenvolvimento da Bacia do Parnaíba (PLANAP).

122 Conjunto de ações que possibilitem a distribuição justa de terras agricultáveis a fim de garantir que partes dessas terras estejam nas mãos dos trabalhadores rurais.



# A VIOLÊNCIA NO CAMPO: CONFLITOS TERRITORIAIS E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ B90

*Elis Negrão Barbosa Monteiro*

## Introdução

Os conflitos territoriais agrários ainda integram uma triste realidade na vida dos trabalhadores camponeses no Pará. Juntamente aos conflitos vem a violência, que geralmente ocorre por parte do latifundiário apoiado por suas milícias particulares e quase sempre permanecem na impunidade por parte do Estado omissivo. Apesar de os casos mais intensos e tumultuosos terem ocorrido durante, principalmente os anos de 1970 e 1980, eles não ficaram resumidos a esse período histórico. Aliás, o tempo não parece ter se passado quando vemos tantos crimes ocorrerem quase da mesma forma que outrora, englobando os mesmos agentes: o trabalhador rural que tem suas terras cerceadas e seus direitos tolhidos; o latifundiário e “suas” terras ociosas e muitas vezes griladas; o pistoleiro, “capanga” que faz todo o trabalho sujo exterminando o problema do grande empresariado rural brasileiro, os trabalhadores rurais. Existem, porém alguns aspectos diferenciados em relação ao passado, falo da “mídia alternativa”, principalmente a internet, onde atualmente se pode acessar grande quantidade de informações e é amplamente utilizada como principal meio de informação populacional. Ali, onde notícias verdadeiras

.....

## “FOMOS ATRAÍDOS E ATRAÍMOS”: MIGRAÇÃO DE CAMETAENSES PARA TOMÉ-AÇU, PARÁ (1950/1970)

*Raimundo Nonato Lisboa Clarindo*

### Introdução

Os migrantes cametaenses, objeto de nosso estudo, fizeram e fazem parte do processo de colonização da região do Acará, Tomé-Açu, principalmente nas décadas de 1950 a 1970, período de maior produção da pimenta-do-reino na região. A alta produtividade dos pimentais elevou a região a se tornar a maior produtora de pimenta-do-reino do mundo, chegando a atingir, no ano de 1968, a produção de 5.700 toneladas. Cinco mil e setecentos quilos de “diamante negro”, pois assim ficou conhecida a fruta da *Piper nigrum* (pimenta-do-reino) devido à alta valorização comercial. As infindáveis fazendas de pimentais dos japoneses necessitavam de abundante mão de obra para mantê-las com produção lucrativa.

Para tanto, achamos pertinente estudar esse deslocamento ao município de Tomé-Açu, localizado na Mesorregião Nordeste do Estado do Pará, por apresentar uma singularidade se comparado aos demais municípios, pois recebeu imigrantes (japoneses) e posteriormente migrantes (cametaenses). Apesar de nosso foco ser o deslocamento dos cametaenses, é importante frisarmos que



EM DEFESA DA TERRA INDÍGENA: CONFLITOS  
ACERCA DO PROJETO CALHA NORTE NO  
ANO DE 1987, SOB A ÓTICA DOS PERIÓDICOS  
*MENSAGEIRO E DIÁRIO DO PARÁ*

*Alana Albuquerque de Castro*

### Introdução

A pesar da nomenclatura “populações tradicionais”, as tradições dos povos indígenas há séculos não são salvaguardadas pelo governo federal. E isso vai muito além de uma fronteira imposta territorialmente, mas também de uma raiz etnocêntrica, pautada no preconceito e em pseudo-juízes da “normalidade” e em uma recusa fatídica da alteridade. Assim como afirma José de Souza Martins (2019)<sup>145</sup>, a fronteira, que é a expansão da sociedade em cima dos territórios indígenas, é um cenário cheio de conflitos, onde há uma separação entre os chamados civilizados e as populações tradicionais, um cenário cheio de intolerância, ambição e morte.

Sabendo-se que o direito à terra é de extrema importância para a dignidade humana, não apenas na sua forma capitalista, mas como uma reivindicação de existência, e no caso das populações tradicionais brasileiras, a negligência era escancarada por parte do governo brasileiro. Populações indígenas foram

<sup>145</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 9.

## O DIREITO DE PROPRIEDADE DO “SELVAGEM” NO DISCURSO MISSIONÁRIO NO ARAGUAIA (1922 – 1933)

*Milton Pereira Lima*

### O território da Catequese de Conceição: relações interétnicas no Araguaia Paraense

Após a fundação da Congregação Conceição de Araguaia, em 1897, missionários dominicanos, liderados pelo irmão Gil Vilanova, começaram a cruzar o rio Araguaia, rio que separa a província do Pará da antiga província setentrional de Goiás, hoje o estado do Tocantins, enquanto vagueavam a procurar indígenas para “pacificar” e ministrar o ensino do catecismo. Essas buscas, narradas na revista *Cayapós e Carajás*, visavam “salvar as almas” dos indígenas (REVISTA..., 1922, p. 3) e quiçá “aculturá-los”, como se dizia à época, para em seguida “integrá-los” à nação brasileira, como explicou Darcy Ribeiro (1991) em seu livro *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Alguns dos planos dos padres foram consolidados em 1911, quando os padres, através de um decreto papal, foram autorizados pelo Papa a criar a Diocese de Conceição do Araguaia na região.

Dessa forma, a nova “jurisdição” da Igreja, reconfigurada como território de atuação missionária, tornou-se, desde então, um palco de relações entre povos indígenas e não indígenas. Ressalta-se que as matas e margens do rio



## “DEBAIXO DE SUAVE DOMÍNIO”: O DISCURSO OFICIAL SOBRE OS ALDEAMENTOS E A RESISTÊNCIA INDÍGENA DO PIAUÍ (1759-1810)

*Débora Laianny Cardoso Soares*

O período de passagem entre o século XVIII-XIX traz à tona discursos complexos acerca da ocupação da região conhecida por “sertões de dentro”, conflitos que ganham novos tons a partir da chegada de indivíduos que pensam o embate pelo espaço territorial com/por outro viés e (re)criam costumes que ao longo do processo de disputa pelo território piauiense são apropriados como formas de legitimar os principais argumentos de denúncias e disputas, dando aos indivíduos subjugados robustez para os enfrentamentos. O Piauí figurou por muito tempo na história regional como sendo somente um grande corredor migratório para as populações indígenas, que estavam sendo compelidas a adentrar o território brasileiro devido às perseguições no litoral (CHAVES, 1998). Essa leitura reforçava a ideia inequívoca de que o Piauí não era visto como um território de permanência por parte dos povos autóctones e, por tanto, também figurava para os interesses coloniais como secundária, tendo em vista que a ocupação desse território em detrimento das demais capitanias não produziam retorno lucrativo para economia colonial que tinha como força motriz a mão de obra escravizada e, a priori, indígena.

A narrativa que se segue, a partir dos documentos oficiais ultramarinos, mostra-nos essa mudança de planos coloniais e trazem informações sobre uma

# O CHÃO QUILOMBOLA: PRÁTICAS DE CURAS E SABERES TRADICIONAIS NA COMUNIDADE SÃO PEDRO DOS BOIS/AP

*Raimundo Erundino Santos Diniz*  
*Silvana da Silva Barbosa Diniz*

## Introdução

**O** capítulo analisa diversas maneiras de domínios do território quilombola São Pedro dos Bois localizado<sup>156</sup> no município de Macapá/AP, região do vale do rio Pedreira a 75 km da capital do Estado do Amapá. Intenta-se abordar a importância da etnociência e a etnografia<sup>157</sup> de saberes como recursos interdisciplinares à compreensão de técnicas e práticas de coletas e manejos de plantas medicinais domesticadas voltadas aos usos sociais curativos. O domínio sobre o chão quilombola assoalhado por saberes tradicionais revelam estratégias de permanências seculares ancoradas em histórias e

<sup>156</sup> A localização das comunidades quilombolas da região centro-sul do Estado do Amapá, entre as quais São Pedro dos Bois. Na região sul hoje concentra-se o maior número de comunidades quilombolas identificadas e reconhecidas. Estão geograficamente próximas ao centro urbano de Macapá, caracterizando a configuração histórica de quilombos em áreas urbanas, entre as quais o quilombo do Curiaú.

<sup>157</sup> Bronislaw Malinowski (2004) assinala a etnografia como técnica de pesquisa em campo. O observador nos limites da comunidade, do ritual, dialoga e fala e com os membros cara a cara, realiza coleta direta de evidência material e imaterial como documentos, textos, situações do cotidiano, genealogias, por analogias diretas em diálogos com a documentação histórica ou entrevistas.

## AGRONEGÓCIO E A LUTA PELA TERRA DOS INDÍGENAS GAMELAS NO SUDOESTE DO PIAUÍ (1970- 2021)

*Helane Karoline Tavares Gomes*<sup>165</sup>

### Introdução

O Estado do Piauí presencia o processo de etnogênese<sup>166</sup> dos povos indígenas Tabajara e Tabajara Tapuio-Itamaraty, na mesorregião norte do estado, nos municípios de Piripiri e Lagoa de São Francisco, dos Kariri, na mesorregião sudeste, nos municípios de Queimada Nova e Paulistana e dos povos indígenas situados na mesorregião sudoeste, como os Gueguês do Sangue e Caboclos da Baixa Funda, no município de Uruçuí e o povo Gamela, nos municípios de Bom Jesus, Currais, Baixa Grande do Ribeiro e

<sup>165</sup> Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Bacharel em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre pela mesma instituição. Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho (NEHST/UESPI). E-mail: helanetvares@hotmail.com

<sup>166</sup> A etnogênese ou emergência étnica é compreendida como um processo de emergência histórica de um povo que se autodefine em relação a uma herança socio cultural a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais indígenas. Em se tratando do atual Nordeste do Brasil, esse processo abrange tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já conhecidas. Há uma diversidade de denominações atribuídas aos fenômenos de reivindicações étnicas no Nordeste na bibliografia etnológica, como reelaboração étnica, ressurgimento, "viagem da volta", atualização, deflagração, novas etnias, novas comunidades étnicas, entre outros (OLIVEIRA, 2004).



## DA ESTRATÉGIA DA FUGA À CONSTITUCIONALIZAÇÃO: COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DIREITO À REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

*Edvilson Filho Torres Lima*

### Introdução

**E**ste texto propõe apresentar dois momentos importantes para a história do direito e o acesso à terra de uma grande parte da população africana trazida para o exercício do trabalho escravo no Brasil. O primeiro momento a ser apresentado contará sobre as fugas de escravos como forma de resistência e como geradoras de terras de mocambos. O segundo momento versará sobre a consagração na Carta Magna Brasileira de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), do direito à terra dos quilombolas: *Artigo. 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*

Nossa preocupação é analisar como o referido grupo se apercebeu de tal conquista e de como estão inseridos historicamente como povo tradicional dentro da dinâmica da luta pela terra no Brasil, e, principalmente, como o movimento negro organizou-se no período do constituinte para fazer valer sua pauta e reivindicações. Nesses aspectos, a delimitação temporal será tanto

---

## SOBRE OS AUTORES

---

### **Alana Albuquerque de Castro**

Mestranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e graduada em História pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia. Atua principalmente nos campos de pesquisa sobre ditadura e sexualidades.

### **Bruna Josefa de Oliveira Vaz**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Mestrado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA-UFPA). Graduada em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

### **Cristiana Costa da Rocha**

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. É professora Adjunta IV do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí e vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI - Campus Poeta Torquato Neto. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: história oral, conflitos de terra, história rural, trabalho e migrações.

### **Daniel Vasconcelos Solon**

Doutorando em História na Universidade de Lisboa. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí (1998). É professor da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) Servidor do Incra/Piauí, tem experiência em comunicação rural, em educação do campo (Pronea), tem



interesse em estudos relacionados à questão agrária, conflitos por terra, territórios quilombolas, trabalho escravo e trabalho análogo ao escravo.

### **Débora Laianny Cardoso Soares**

Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2013). Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2010). Atua na área de História, com ênfase em temas como: africanidades, afro descendência, educação e diversidade, história do Piauí e escravidão.

### **Edilza Joana Oliveira Fontes**

Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (2002). É Professora Associada IV da Faculdade de História - UFPA, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA) e ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Tem experiência nas áreas de História Social da Amazônia e movimentos sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Memórias, História do Trabalho, História Agrária, História Social, História Cultural. É produtora cultural e publicou vários livros, artigos acadêmicos, além de desenvolver atividades nas áreas de Planejamento Estratégico, Administração e Gestão Pública, Educação e Ensino de História.

### **Edvilson Filho Torres Lima**

Mestrando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. É graduado em Letras pela Universidade do Estado do Pará e em Direito pela Universidade Federal do Pará.

### **Elias Diniz Sacramento**

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2020). É professor Adjunto III da Faculdade de História da Amazônia do Campus Universitário de Cametá da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, Amazônia,

Pará, História Oral, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo; ensino de história; campesinato; conflitos agrários; movimentos sociais; agricultura familiar; quilombolas e agronegócio.

### **Elis Negrão Barbosa Monteiro**

Mestrado História Social da Amazônia em andamento na Universidade Federal do Pará. Possui graduação em História pelas Faculdades Integradas Brasil Amazônia - FIBRA (2016), graduação em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2013). Tem experiência no estudo dos movimentos sociais pelos Direitos Humanos na Amazônia, conflitos territoriais agrários no sul do Pará, História do tempo presente, História oral e cursos Jornalísticos.

### **Enos Botelho Sarmento**

É Mestrando em História Social da Amazônia pelo programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Pará - UFPA. Suas pesquisas concentram-se nas migrações, economia, povoamento e relações de poder em regiões da Amazônia insular, criando conexões com estudos em áreas de populações tradicionais da Amazônia, seus saberes e práticas culturais em especial as comunidades ribeirinhas.

### **Francivaldo Alves Nunes**

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador Produtividade do CNPq (PQ-2). Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de Pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém) e Ensino de História (Campus de Ananindeua). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, com os seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração. Desenvolve pesquisas também voltadas para Ensino de História e História da Educação.



**Helene Karoline Tavares Gomes**

Mestre em Antropologia e Arqueologia junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí. Bacharel em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre pela Universidade Federal do Piauí. Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí. Possui experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica, nos seguintes temas: tecnologia pré-histórica, tecnologia lítica, arqueologia da paisagem, prospecção, cadastramento de sítios arqueológicos e conservação de sítios de arte rupestre.

**Joanderson Caldeira Mesquita**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Pará. Graduado em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

**Juliana Patrícia Saldanha de Sousa**

Mestra em Linguagens e Saberes da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, especialista em Linguagens e Culturas da Amazônia pela mesma IES e graduada em Letras pela Universidade da Amazônia. É professora da Seduc no município de Santa Luzia do Pará.

**Márcia Milena Galdez Ferreira**

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2015) e Pós-Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. É professora Adjunta III da Universidade Estadual do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós Graduação em História, e ao Departamento de História desta IES. Tem experiência na área de História e Antropologia, atuando principalmente nas seguintes áreas: História e Memória, História Rural, História das migrações e do trabalho, Ensino de História.

**Milton Pereira Lima**

Doutorado em andamento pelo PPHIST - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2008). Graduado em pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atua como professor de história: SEDUC/PA e SEMEC/Redenção. Desenvolve atividades nos campos de interesse: Cultura organizando sarais e festivais literários. Possui quatro obras poética. Tem publicado pesquisas na área da historiografia e da antropologia.

**Pedro Cassiano de Oliveira**

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, possui mestrado em História Social na mesma instituição (2013), bacharelado e licenciatura em História pela UFF (2010), bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria do Estado, Ciência Política, Hegemonia, questão agrária no Brasil e Sociologia no Ensino Médio. Atualmente é professor de Sociologia do Colégio Pedro II.

**Raimundo Erundino Santos Diniz**

Doutorado em Ciências Sócio-ambientais e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônico da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Pesquisa temas relativos ao Ensino de História, História e terras/territórios tradicionalmente ocupados na Amazônia, História e Cultura afro-brasileira e Africana, Educação Escolar Quilombola, e História da Educação Brasileira.

**Renan Brigido Nascimento Felix**

Mestre em História Social da Amazônia (2016). Possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (2008) e Licenciatura em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (2008). Professor Classe III da Secretária de Estado de Educação. Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História, Diversidade Etnico Racial, relação entre História e Literatura, com abordagens nas práticas cooperativas na Amazônia na década de 50.

**Rosa Congost**

Catedrática de História Económica na Universidade de Girona (Espanha), investigadora do *Centre de Recerca d'História Rural do Institut de Recerca Histórica* da mesma universidade. A sua investigação tem privilegiado o estudo dos direitos de propriedade, transformações agrárias e relações sociais na Catalunha moderna e contemporânea, designadamente sob uma perspectiva comparada. Tem também como interesses de estudo as instituições imperiais na América do Sul”.

**Silvana da Silva Barbosa Diniz**

Mestra em Ciência e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará, graduada em Biologia pela Universidade do Vale do Acaraú e em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa. É professora da Secretaria de Educação do Amapá.





**E**sta coletânea mostra a heterogeneidade do mundo rural brasileiro e o vigor da temática. Diversas formas de atuação de homens e mulheres do campo, assim como diferentes formas de apropriação da terra, recursos naturais e a circulação e trocas de bens, pessoas e valores foram registradas. Trata-se, portanto, de uma obra exemplar, uma vez que, se observa experiências fundamentais na construção de uma história social do agrário.



ISBN 978-65-5563-247-7



9 786555 632477